



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Ofício-Circular n. 281/12
dezembro de 2012

Brasília, 19 de

Ao cumprimentar Vossa Excelência e ao término de mais um ano de trabalho neste Superior Tribunal de Justiça, cumpro o dever de encaminhar relatório estatístico do gabinete, referente ao número de processos recebidos, decididos, julgados e encerrados (baixados) no exercício de 2012, com o respectivo índice de eficiência alcançado, além de dados numéricos referentes aos exercícios anteriores desde minha assunção ao cargo de Ministro desta Corte Superior em 17/06/2008.

Outrossim, tomo a liberdade de encaminhar relação de alguns dos mais importantes temas submetidos a julgamento neste STJ, sob nossa relatoria, e que mereceram destaque na comunidade jurídica e nos meios de imprensa.

Desejando a Vossa Excelência, sua família e membros de sua equipe de trabalho, um Feliz Natal e que em 2013 prossigamos todos irmanados perseguindo o comum objetivo de distribuir Justiça de forma mais célere e, sobretudo eficiente.

Cordialmente,

Ministro MAURO

MARQUES

LUIZ CAMPBELL



Superior Tribunal de Justiça

Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES - STJ

PROCESSOS RECEBIDOS, JULGADOS, DECISÕES NÃO TERMINATIVAS E VOTOS-VISTAS

ANO/MÊS	PROCESSOS RECEBIDOS ¹	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS COM VOTOS-VISTAS PROFERIDOS
2008 ²	13.652	8.115	8
2009	6.277	12.041	42
2010	5.972	13.543	64
2011	9.063	12.190	58
JANEIRO	621	-	-
FEVEREIRO	776	1.617	3
MARÇO	1.275	1.597	10
ABRIL	1.040	1.334	15
MAIO	1.011	1.439	11
JUNHO	729	1.251	15
JULHO	779	-	-
AGOSTO	1.077	2.563	4
SETEMBRO	899	1.304	1
OUTUBRO	971	1.516	9
NOVEMBRO	753	1.411	5
DEZEMBRO*	420	1.241	3
2012*	10.351	15.273	76
TOTAL*	45.315	61.162	248

*Estimados

Processos e assuntos em destaque na imprensa do Superior Tribunal de Justiça em 2012

Resumoⁱ

¹ Processos distribuídos, atribuídos e redistribuídos

² 17 de junho a 31 de dezembro



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Ministro Mauro Campbell Marques

MANCHETE	DATA DE PUBLICAÇÃO
Criação de vagas gera direito subjetivo à nomeação de aprovado em cadastro de reserva – RMS 37882 - Relator	18/12
Confirmada aplicação da Lei de Improbidade aos magistrados por prática de atos não jurisdicionais REsp 1249531 - Relator	19/12
Justiça Federal em São Paulo é competente para julgar ação sobre privatização da Eletropaulo (REsp's 1320693, 13626593, 1327205, 1320694, 1320695, 1320697, 1320894 e 1320897 - Relator)	13/12
ICMS não incide sobre serviços acessórios de telecomunicações (REsp 1176753 - Rel. p/ Acórdão)	06/12
Judiciário pode intervir na fixação de tarifas de interconexão no setor de telecomunicações (REsp's 1275859, 1334843 e 1171688 - Relator)	05/12
Primeira Seção julgará divergência sobre pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior (Pet 9600 - Relator)	23/11
Direito do devedor: a jurisprudência do STJ sobre ação	18/11



Superior Tribunal de Justiça

Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

de consignação em pagamento (REsp's 1132662 e 1020982 - Relator)	
Rendimentos de técnicos contratados pelo PNUD são isentos de Imposto de Renda (REsp 1306393 - Relator)	09/11
É possível a incorporação de quintos e décimos relativos a função ou cargo comissionado de 1998 a 2001 (REsp 1261020 - Relator)	08/11
Ação popular contra concessão da ponte Rio-Niterói terá seguimento independentemente de dano ao erário (REsp 849297 - Relator)	26/10
Ministérios Públicos dos estados podem atuar no STJ (AREsp 194892 - Relator)	24/10
Primeira Seção esclarece parâmetros para incidência de IR sobre juros de mora (REsp 1089720 - Relator)	23/10
Há correção em créditos escriturais de PIS e Cofins cujo creditamento foi vedado por lei inconstitucional (REsp 1232697 – Relator p. Acórdão)	11/10
Justiça analisa necessidade de licitação para operação de TV via satélite (REsp 1153443 – Relator p. Acórdão)	10/10
Integrante de comissão do PAD tem de ser estável no serviço público, não no cargo ocupado (MS)	09/10



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

17583 –Relator p. Acórdão)	
Royalties: compensação financeira que leva a grandes brigas judiciais (REsp 1186160 - Relator)	07/10
STJ determina bloqueio de bens de deputado estadual e conselheiro de Tribunal de Contas - <i>O número deste processo não é divulgado em razão de sigilo judicial.</i>	27/09
Dinheiro do orçamento não precisa estar disponível antes da licitação (REsp 1141021 - Relator)	20/09
Escritório é condenado por pagar oficial de Justiça para agilizar cumprimento de mandados (REsp 1220646 - Relator)	19/09
Decretação de indisponibilidade de bens em ação de improbidade não exige demonstração de dano (REsp 1319515 – Relator p. Acórdão.)	12/09
Falta de renúncia ao direito pleiteado na ação justifica que ente público se oponha à desistência do autor (REsp 1267995 - Relator)	31/08
STJ mantém afastamento da prescrição em pedido administrativo de restituição de tributo (REsp 1089356 - Relator)	10/08
STJ decidirá sobre divulgação de nomes de servidores em lista de remuneração na internet (MS 18847 - Relator)	01/08
IBAMA pode multar se caracterizada a intenção de pescar durante piracema (REsp 1223132 -	22/06



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Relator)	
Prestadores de serviços educacionais devem contribuir para SESC e SENAC (REsp 1255433 - Relator)	21/06
Admitidas reclamações em defesa da cobrança de assinatura básica em telefonia fixa (Rcl 8852 - Relator)	20/06
Liminar suspende processos sobre cobrança múltipla de tarifa básica no fornecimento de água (Rcl 8782 - Relator)	19/06
Decisão do STF altera entendimento do STJ sobre prescrição de ação para devolução de tributos (REsp 1269570 - Relator)	19/06
A verdade real na jurisprudência do STJ (REsp's 1245765 e 1089482 - Relator)	01/04
STJ consolida jurisprudência que disciplina a reforma agrária no país (REsp's 1215458 e 1046178 - Relator)	25/03
Aplicação da sucumbência recíproca em fase de execução de sentença não viola a coisa julgada (REsp 1282008 - Relator)	23/03
Recurso de prefeito condenado por promoção pessoal em jornal institucional não é admitido (AREsp 125375 - Relator)	15/03
Falta de diploma por conta de greves impede posse de aprovada	06/03



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

em concurso (RMS 34845 – Relator)	
Aprovado em concurso não demonstra existência de vagas e tem nomeação negada (RMS 34819 - Relator)	05/03
Proteção a recursos hídricos é tema recorrente em julgados do STJ (REsp 1249683 - Relator)	12/02
Devolução do compulsório pelo valor patrimonial de ações da Eletrobrás não configura abuso de direito (REsp 1264398 - Relator)	09/02
STJ firma vasta jurisprudência sobre a cobrança do IPTU (AREsp 30272 e REsp 1110551 - Relator)	05/02
A aplicação da jurisprudência do STJ aos contratos escolares (REsp 913917 e 1096242 - Relator)	22/01
Primeira Seção deve analisar pedido de aluno para receber um segundo Fies (MS 18000 - Relator)	06/01



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Recursos Representativos de Controvérsia
(Art. 543C – CPC)

Ministro Mauro Campbell Marques
Julgados 2012

Processo	Questão	Status
REsp 1.239.203-PR Min. Mauro Campbell Marques	Controvérsia acerca da possibilidade de incidência da contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público – PSS sobre os juros de mora recebidos através de requisitório judicial.	Data da afetação: 19.8.2011 "A Seção, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Julgado: 12/12/2012
REsp 1.251.993-PR Min. Mauro Campbell Marques	Recurso cujo tema central refere-se ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública.	Data da afetação: 13.6.2012 "A Seção, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Julgado: 12/12/2012
RESP 1.261.020-CE Min. Mauro Campbell Marques	Administrativo. Servidor público federal. Exercício de função comissionada. Incorporação de "quintos". Leis nºs 9.527/97 e 9.624/98, arts. 3º e 10 da Lei 8.911/94 e Medida Provisória 2.225-45/2001 que incluiu o art.	Data da afetação: 19.8.2011 Acórdão publicado no DJe de 7.11.2012 Julgado: 24/10/2012



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

	<p>62-A na Lei 8.112/90. Controvérsia em que se discute se houve, até a data da aludida MP, o restabelecimento do instituto da incorporação/atualização da vantagem de décimos/quintos ou somente a mera transformação em VPNI das referidas parcelas incorporadas à remuneração do servidor.</p>	
<p>REsp 1.306.393-DF Min. Mauro Campbell Marques</p>	<p>Processual civil. Tributário. Discussão sobre o prazo prescricional para a repetição de indébito nos tributos sujeitos a lançamento por homologação (interpretação do art. 3º, da LC 118/2005) após o posicionamento do STF no RE Nº 566.621/RS, julgado com repercussão geral.</p> <p><i>Obs.: O tema, apesar de já julgado no STJ pelo recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.002.932/SP, Rel. Min. Luiz Fux, em 25.11.2009, recebeu recente tratamento de forma diversa pelo Supremo Tribunal Federal - STF no RE n. 566.621/RS.</i></p>	<p>Data da afetação: 5.10.2011</p> <p>Acórdão publicado no DJe de 4.6.2012</p> <p>EDcl julgados, em 22.8.2012</p> <p>Acórdão dos EDcl publicado no dia 17.9.2012</p> <p>EDcl nos EDcl julgados, em</p> <p>Acórdão dos EDcl nos EDcl publicado no DJe de 12.11.2012</p>
<p>REsp 1.343.065 – PR</p>	<p>Processual civil. Administrativo. Servidor</p>	<p>Data da afetação:</p>



Superior Tribunal de Justiça

Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

Min. Mauro Campbell Marques	Público Federal. Lei 11.907/09. Plano Especial de Cargos e Salários do Ministério da Fazenda. Gratificação de Atividade Executiva-GAE. Incorporação ao vencimento básico.	21.9.2012 Acórdão publicado no DJe de 4.12.2012
REsp 1.268.324-PA Min. Mauro Campbell Marques	Recurso especial interposto em face de acórdão do TJ do Estado do Pará que, nos autos de execução fiscal, em sede de apelação, entendeu que: 1) o art. 38 da LC 73/93 e o art. 6º da Lei 9.028/95, no que se refere à prerrogativa de intimação pessoal, não são aplicáveis aos procuradores municipais; 2) o art. 25 da Lei 6.830/80 não é aplicável no âmbito dos Tribunais, ou seja, apenas <i>"regulamenta a instrução das ações de execuções fiscais em processo de conhecimento tramitando em primeira instância"</i> . Controvérsia que tem como questão central a tese no sentido de que é necessária a intimação do representante da Fazenda Pública nos autos de execução fiscal, inclusive no segundo	Data da afetação: 24.8.2011 A Seção, por unanimidade, decidiu submeter o julgamento do feito à Corte Especial , nos termos do voto do Sr. Ministro Relator Julgado, em 21.11.2012



Superior Tribunal de Justiça

Gabinete do Ministro Mauro Campbell Marques

	grau de jurisdição.	
REsp 1.213.082-PR Min. Mauro Campbell Marques	Discussão sobre a possibilidade de retenção de valor a ser restituído/ressarcido quando o contribuinte manifesta a sua discordância em procedimento de compensação de ofício previsto no art. 73, da Lei n. 9.430/96 e art. 7º, do Decreto-Lei nº 2.287/86.	Data da afetação: 6.6.2011 Julgado, em 10.8.2011 Acórdão dos EDcl nos EDcl publicado no DJe de 14.2.2012 Acórdão transitado em julgado, em 28.3.2012

http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=44